



O PROFESSOR INICIANTE: EXPECTATIVAS NA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E A REALIDADE NA SALA DE AULA

Eliza Helena Ercolin¹

Walter Fernandes Sório²

Manoel Fernando Passaes³

Norberto Rodrigues⁴

Tânia Cristina dos Guedes Pinto⁵

Resumo: O presente artigo busca compreender as variáveis envolvidas no processo de iniciação docente quando se constata uma grande distância entre o ideal (imaginário) e a realidade na sala de aula. Serão discutidas as expectativas dos graduandos em Pedagogia, as formas de ingresso, as dificuldades encontradas quando iniciam na profissão, como as instituições os recebem e quais os efeitos deste período inicial na vida profissional futura.

Palavras-chave: formação docente, professor iniciante, curso de Pedagogia.

Abstract: This article tries to understand the variables involved in the process of teaching initiation when it turns out a great distance between the ideal (imaginary) and the reality in the classroom. Students ' expectations will be discussed in pedagogy, the forms of tickets, the difficulties encountered when starting in the profession, as the institutions are and what the effects of this early period in the future professional life.

Keywords: teacher education, teacher, beginner course.

Atualmente a questão da formação docente, as dificuldades em aplicar a teoria aprendida, durante os cursos de licenciatura em Pedagogia, na prática cotidiana nas salas de aula, têm provocado muitas pesquisas e debates.

¹ Psicóloga e Mestre em Psicologia da Saúde.

² Mestre em Matemática.

³ Bacharel em Direito e Doutor e letras

⁴ MBA Logística empresarial

⁵ Mestre em Educação.



O aluno escolhe a profissão docente devido a inúmeras motivações, porém a maioria tem uma visão idealizada do que é ser professor, como funciona uma escola e o que esperar dos alunos.

Trabalhando durante anos com alunos de cursos de licenciatura, vimos uma questão bastante relevante e desafiadora, para aqueles que se preocupam com uma escola de qualidade, no atendimento as crianças e jovens com deficiência. Tal escola necessita de professores que acreditem verdadeiramente na importância da escola, no processo de inclusão escolar e social. Que veja seu trabalho como uma ferramenta de transformação na vida desses educandos, contribuindo efetivamente para sua autonomia e inserção social. Uma maneira de trabalhar com as diferenças, em sala de aula inclusiva, é através da pedagogia diferenciada; com a aplicação de métodos, estratégias e recursos diferenciados com o propósito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos. O uso da pedagogia diferenciada pressupõe um profissional bem qualificado e com a possibilidade de escolher quais as alternativas mais apropriadas para o uso em cada ocasião que se apresenta em sala de aula.

Acompanhando alunos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, que já atuavam como professores, pudemos perceber o quanto eles não se percebiam com autonomia suficiente para aplicar a teoria aprendida em sala de aula na prática cotidiana em sala de aula. Muitos relataram que sentiam-se desmotivados, cansados de tentar modificar a rotina escolar, e o quanto sentiam-se pressionados a fazer o mesmo que os outros, mais velhos e mais experientes. Debatiam-se entre o querer e o poder, até que cansados rendiam-se ao fazer mais do mesmo.

Acreditando na importância da formação do professor como um dos pilares da escola de qualidade, nos sentimos instigada a investigar o trabalho docente em sua fase inicial. Esta procura foi permeada pelas seguintes questões: Por que os alunos chegam a licenciatura com sonhos de mudar a realidade escolar e fazer a diferença, e logo que assumem algumas aulas desistem deste ideal? Como fortalecer esses alunos para tornarem-se resilientes às pressões externas? Como mostrar aos alunos-professores que eles devem ser os sujeitos de suas práticas?

Quais as possibilidades do curso de Pedagogia contribuir para amenizar esse período de adaptação dos docentes iniciantes? Como pode contribuir para que seus graduandos superem esse choque na fase inicial de profissionalização?

1. A formação docente

O debate sobre a formação de professores, para as séries iniciais do ensino fundamental, tornou-se mais intenso, nas últimas duas décadas. Muitas mudanças envolvendo os cursos normais de nível médio, a aprovação da nova LDB, os cursos de Pedagogia e Normal Superior trouxeram vários questionamentos.



As questões atuais sobre a formação de professores não podem ser compreendidas sem um breve histórico da formação docente.

Mesmo antes da fundação das primeiras instituições específicas para a formação de professores para as escolas primárias, já havia a preocupação em selecioná-los.

O Alvará Régio de 28 de junho de 1759 regulamenta a profissão docente em Portugal, e por extensão no Brasil, tornando obrigatória a aprovação em concurso público para o exercício da profissão. (BARBOSA e SANTOS, 2011)

Em Portugal, o Alvará de 6/11/1772, regulamenta os exames que deveriam ser aplicados aos professores do ensino elementar, e deveriam ser utilizados nos domínios portugueses. (MOACYR, 1936 p.24 apud TANURI, 2000).

O número de candidatos era pequeno devido ao pequeno número de escolas. No Brasil a quantidade de pessoal apto ao magistério dificultava a aplicação do Alvará.

Era então deplorável o estado das escolas primárias em todas as capitâneas do Brasil Poucas existiam e estas eram exercidas por homens ignorantes. Não havia sistema nem norma para a escolha de professores, e o subsídio literário não bastava para pagar o professorado. (D'AZEVEDO, 1893, p.148 apud TANURI, 2000):

A partir de 1820 a preocupação, além de ensinar as primeiras letras surge a necessidade de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método de Lancaster. (BASTOS, 1997).

Em 1827 surge a lei que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, estabelece exames de seleção para mestres e mestrás”. (TANURI, 2000).

Logo depois a lei consagra a instituição do ensino-mútuo no Brasil, dispondo, em seu artigo 5º, que “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas da capital.” (TANURI, 2000)

Quando as escolas normais foram criadas, estas seriam insuficientes , quer numericamente, quer pela incapacidade de atrair candidatos, quer para preparar o pessoal docente. (TANURI,2000).

A primeira escola normal do Brasil durou poucos anos, em 1840 após quatro anos de funcionamento havia formado apenas 14 alunos, dos quais 11 se dedicaram ao magistério. (MOACYR, 1939, p.199)

Somente a partir de 1870, após a consolidação das ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, as escolas normais lograram algum êxito. A trajetória



das escolas normais até então, nos mostra um projeto irrealizado conforme definiu o presidente da província do Paraná em 1876: “plantas exóticas nascem e morrem quase no mesmo dia”. (MOACYR, 1940, p.238)

As escolas normais, antes destinadas somente ao sexo masculino, nos anos finais do Império foram sendo abertas às mulheres.

O magistério feminino apresentou-se como uma alternativa para o preenchimento das vagas na escola primária, em algumas províncias as órfãs institucionalizadas eram encaminhadas para serem professoras como alternativa para o casamento ou serviço doméstico. (SCHNEIDER, 1993; TANURI, 1939). O magistério foi feminilizando-se o que para alguns autores é responsável pelos baixos salários e desprestígio social do professor. (TAMBARA, 1998).

O movimento nacionalista, surgido a partir da 1ª guerra mundial postula a centralização pelo governo federal de todo o sistema de formação de professores ou a criação de escolas normais modelos nos estados.

Em 1939 surge o curso de Pedagogia criado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil visando à dupla função, de formar bacharéis, para atuarem como técnicos de educação, e licenciados destinados à docência nos cursos normais. (SILVA, 1999)

A discussão sobre a profissão, a formação, as atribuições de professores e como melhorar a qualificação do magistério continuam a instigar pesquisas e debates. As pesquisas sobre a prática docente estão anunciando novos caminhos para a formação docente, Um deles refere-se a discussão sobre a identidade profissional do professor, tendo como um de seus aspectos a questão dos saberes que configuram a docência. (HOUSSAYE, 1995; PIMENTA, 1996).

Atualmente, com a escola assumindo cada vez mais tarefas, a formação docente passa por um redimensionamento, questionando-se quais aspectos, profissionais e organizacionais devem ser trabalhados durante o curso de Pedagogia.

A formação docente deve contemplar uma formação que dê conta de variadas demandas da escola atual, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

O trabalho docente exige, daquele que o exerce uma qualificação que vai além do conjunto de capacidades e conhecimentos que o trabalhador deve aplicar nas tarefas que constituem seu emprego. (ENGUITA, 1991)

Ao longo da história, a preocupação com a função docente baseou-se principalmente em sua qualificação e formas de seleção.

2. O ingresso na carreira.



A institucionalização da profissão docente com exigência de concurso público para o ingresso na carreira representou um progresso durante o século XVIII, e seus resquícios são percebidos até os dias de hoje. Antes do Alvará Régio, o ingresso se dava de forma mais informal, nomeação por indicação política, ingresso direto, e até mesmo professores com formação inconsistente se tornavam aptos a ser professores.

Transformar a educação em estatal garantiu uma forma de seleção para a carreira docente. Muitos autores têm pesquisado o professor no início da carreira, pois os estudos têm revelado que esse período é considerado por muitos professores, como um dos piores da vida profissional docente. (HUBERMAN, 1992)

O início da carreira docente parece determinar o futuro do professor (Tardif, 2002) e o choque de realidade talvez seja uma das variáveis envolvidas (ESTEVES, 1995). Esse choque é muito grande e, geralmente, é um momento solitário do professor iniciante. Sem estar ainda adaptado à nova instituição, sem sentir o apoio dos colegas professores com anos de casa, tal sofrimento pode provocar abalos à construção do perfil do docente.

O início da carreira e o termo professor iniciante referem-se geralmente, ao período dos cinco primeiros anos, pois normalmente após esse tempo adapta-se às normas. Essa fase de adaptação envolve o sair do papel de aluno para o de profissional, o resolver problemas cotidianos, administrar o tempo, parecer seguro, enquanto intimamente questiona-se quanto ao seu próprio desempenho. Tal período pode variar de profissional a profissional, porém sempre com sofrimento, pois não percebe com quem contar, ou não confia se deva contar ou não. Parece perceber que todos sabem o que fazer, com exceção dele próprio.

O professor vai sobrevivendo entre erros, acertos e angústias, onde o choque com o real fica patente:

[...] confrontação inicial com a complexidade da situação profissional, o tatear constante, a preocupação consigo próprio (Estou-me a me aguentar), a distância entre os ideais e a realidade cotidiana de sala de aula, a fragmentação do trabalho, a dificuldade em fazer face, simultaneamente, a relação pedagógica e a transmissão de conhecimentos, a oscilação entre relações demasiado íntimas e demasiado distantes, dificuldades com alunos que criam problemas [...] (CAVACO, 1995)

Assim, esses sentimentos, esse caos vivenciados pelo professor iniciante, podem servir para que se reafirme em sua profissão ou não. Vai depender do apoio que terá neste período. Para que isto aconteça é necessário que nestes momentos possa contar com o apoio da instituição onde ingressa. Também é necessário que tenha bons referenciais de sua graduação, aos quais possa recorrer para seguir em frente.

Alguns autores afirmam que uma boa parte dos problemas enfrentados pelo professor iniciante é fruto de um tipo de saber idealizado, a representação idealizada da escola, e do aluno, estruturado nos cursos de licenciatura em Pedagogia. (INFORÇATO, 1995; HUBERMAN, 1992; VEENMAN, 1984).



A prática também traz desafios que podem favorecer a autonomia do professor se ele conseguir sair da crise e do imobilismo.

[...] o professor é um profissional que enfrenta problemas práticos relativos ao fazer, problemas incertos aos quais, muitas vezes, não se pode aplicar-lhes os pressupostos teóricos aprendidos, o que requer respostas pessoais contextualizadas. (DIAS e GARCIA, 1992 apud ALMEIDA, 1999)

Há, porém, aqueles que sucumbem ante o desespero, o abandono e a insegurança, convertendo-se em meros participantes passivos. Parece haver por parte do professor iniciante, um acúmulo de exigências que ele deve dar conta em um espaço de tempo muito curto, sem assistência e sendo pressionado a adaptar-se ao padrão daquela instituição. Esse padrão não é formalizado ou claramente definido, porém o professor iniciante recebe de seus pares, sugestões de como submeter-se às regras implícitas existentes. Se o professor não sujeitar-se às regras, percebe claramente que suas reivindicações são ignoradas e privilégios que são oferecidos aos demais lhe são negados. Como forma de sobreviver em ambiente tão ameaçador aos olhos de um iniciante, só lhe resta calar-se e seguir em frente.

Como se ingressa na carreira docente?

O preenchimento de vagas de docentes na rede pública de ensino se dá através de concursos de provas e títulos. Na rede particular geralmente as contratações se dão por indicações de outros colegas, podendo ser realizada uma seleção ou não, que varia de unidade a unidade.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) instituiu a Prova Nacional para ingresso na carreira docente, que subsidiará a contratação de docentes para a educação básica das unidades da Federação e municípios que aderirem à avaliação. Essa prova será aplicada a partir de 2012 e, inicialmente, selecionará professores para lecionar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Como o novo colaborador é recebido em instituições não educacionais?

Nas empresas privadas quando um novo colaborador é contratado, existe o período chamado de integração de novos colaboradores, com todo ritual estabelecido para a inserção do novato na cultura da empresa. Esta integração tem duas finalidades básicas: familiarizar os novos colaboradores, o mais rápido possível, e garantir que as normas da empresa, bem como a filosofia e padrões de qualidade sejam respeitados e seguidos.

A integração do novo colaborador, em geral, se estende até o término do contrato de experiência; ocasião em que são dados os feedbacks sobre a performance do funcionário até aquele momento e que aspectos ele ainda precisa melhorar para desempenhar-se com eficácia. Geralmente esse feedback é dado pelo responsável pelo departamento de gestão de pessoas, na falta deste, o supervisor imediato ou outra pessoa designada a cumprir este papel.



Quando este processo é realizado adequadamente induz o novo colaborador a ser mais produtivo em um menor espaço de tempo, evita erros de execução das tarefas; diminui a ansiedade natural do novo colega, deixando-o mais apto e tranquilo a receber todas as informações necessárias a sua tarefa. Além disso, faz com que o novo colaborador trabalhe rumo aos objetivos e a filosofia da empresa, e como consequência proporciona o bem-estar do novato diante dos seus colegas de trabalho.

Quando o processo de integração não existe, os novos empregados são apresentados à mesa, aos equipamentos de trabalho e quando muito aos colegas do lado. São orientados pela chefia imediata sobre o que têm que fazer, mas não sobre as responsabilidades e direitos. Acabam aprendendo sozinhos durante o período inicial, porém, aprendem muitas vezes de maneira errada, adquirem vícios que podem comprometer o resultado do trabalho, têm informações distorcidas sobre a empresa, não aprendem o caminho da comunicação interna e sem saber o que se espera deles, iniciam com baixa motivação e totalmente perdidos. Para se ter um empregado motivado, comprometido com o trabalho e com o resultado da empresa, é necessário que ele seja bem recebido, acolhido e informado necessitando ser integrado na organização.

Nóvoa (2007) aponta a existência de três processos na formação docente: desenvolvimento pessoal, desenvolvimento profissional e desenvolvimento organizacional.

Nos parece que há lacunas a serem preenchidas na formação docente, no que tange principalmente ao desenvolvimento organizacional. O professor ao ser aprovado em um concurso de provas e títulos tem a impressão que sua chefia, no caso da rede pública, a secretaria da educação ou departamento de educação, está muito distante de seu local de trabalho, portanto inacessível no dia-a-dia. As outras autoridades sejam elas supervisores, diretores ou outros não parecem deter o poder para decidir questões que preocupam o docente. Resultado: desiste de pedir auxílio, desmotivação e submissão às regras, com as quais nem sempre concorda.

Considerações finais:

Um dos fatores que pode auxiliar o professor iniciante a ingressar na carreira docente, permitindo que seja capaz de aplicar gradativamente a teoria aprendida na prática e o capacite a lidar com as tarefas do seu cotidiano é a existência de um período de integração formal. Neste período o professor ingressante teria um superior especialmente designado com a incumbência de familiarizá-lo ao ambiente escolar, proporcionando-lhe situações de interação com a comunidade escolar e supervisão direta de sua atuação. Após um período de experiência, dando-lhe um feedback mostrando-lhe seus pontos positivos e os que exigem alguma correção ou adaptação.

Aos cursos de licenciatura, principalmente o de Pedagogia seria reservada a incumbência de preparar os alunos e futuros profissionais a trabalharem sob supervisão, a aprenderem a solicitar ajuda, sendo isto desejável e previsto pela instituição, e principalmente



mostrar-lhes a realidade escolar e como resistir às primeiras dificuldades e obstáculos. Também permitir, durante o curso, que os alunos revelem suas angústias, que trabalhem sua autoestima, através de atividades desenvolvidas especialmente com este fim.

Todo trabalhador iniciante demonstra insegurança, pensa não saber fazer o que aprendeu na teoria, porém no caso do docente tem uma missão nobre e complexa: preparar as crianças para se elevarem ao nível da civilização atual – da sua riqueza e dos seus problemas – para aí atuaram, (PIMENTA, 2009).

Os professores iniciantes devem ser acolhidos de maneira adequada a fim de realizarem o trabalho a que se propuseram, desde o início de seu curso de licenciatura em Pedagogia.

Bibliografia:

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. SP: Cortez, 2010

ALMEIDA, M.I.N de Oliveira. O desenvolvimento profissional, formação contínua e sindicato de professores. In: **O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional**. 1999, p.1-30. Tese de doutorado. USP.

BASTOS, Maria H. C. **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida, (1808-1827)**. História da educação, Pelotas, nº1, v.1, p.115-133.

BARBOSA, Ana R. S.; SANTOS, Elaine M. **A profissão docente no Brasil: alguns vestígios das reformas pombalinas em 251 anos de profissão docente**. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão. SE, 2011.

CAVACO, M.H. O ofício de professor: o tempo e as mudanças. IN: Nóvoa, A. (org) **Profissão professor**. Lisboa, Porto, 1995.

ENGUITA, Mariano F. **A ambiguidade da docência entre o profissionalismo e a proletarização**. Teoria e Educação. Porto Alegre; 1991.

ESTEVES, J.M. Mudanças sociais e função docente. IN: NOVOA, A. (org). **Profissão docente**. Lisboa: Porto, 1995.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. IN: NOVOA, A. **Vidas de professores**. Lisboa: Porto, 1992.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias subsídios para a história da educação no Brasil (1835-1889)**. SP: Editora Nacional, 1939. v..2.

_____ **A instrução e as províncias subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)**. SP: Editora Nacional, 1940. v.3



NOVOA, A. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. SP: Sinpro, 2007.

SCHNEIDER, Regina P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edição, 1993.

SILVA, Carmem S.B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOUZA, Dulcineia B. **Os dilemas do professor iniciante: reflexões sobre os cursos de formação inicial**. Saber Acadêmico nº8, Dez, 2009. Unesp.

TAMBARA, Elomar. **Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX**. História da educação, Pelotas, v.2, nº3.

TANURI, Leonor.M. **O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930**.SP: Faculdade de Educação da USP, 1979.

TARDIF, M. Saberes, tempo e aprendizagem do magistério. IN: **Saberes docentes e formação de professores**. Petrópolis: Vozes, 2001..

VIDAL, Diana G. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto da Educação do Distrito Federal (1932-1937)**.Tese de doutorado em educação. Faculdade de Educação da Universidade de SP, 1995.